

Congresso não aceitará mais medidas para aumentar os impostos, diz ACM

Para presidente do Senado, cabe ao Executivo achar outros instrumentos para ampliar ajuste fiscal

DOCA DE OLIVEIRA

BRASÍLIA – O Congresso Nacional não apoiará a criação ou mais aumento de impostos para ajudar o governo a alcançar as metas fixadas nas negociações em curso com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Interlocutor frequente e aliado mais fiel do presidente Fernando Henrique Cardoso, o presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), avisa que caberá ao próprio Executivo encontrar instrumentos para ampliar o ajuste fiscal que iniciou com o programa enviado ao Legislativo em novembro para arrecadar R\$ 28 bilhões, quando a crise financeira internacional abalou a economia brasileira. “Se eu conheço o Congresso, ninguém está disposto a aumentar impostos; já demos o que teríamos de dar”, afirmou.

Em entrevista ao *Estado*, Magalhães indicou, como melhor alternativa, a redução dos investimentos em obras e das despesas de custeio. Embora considere inevitável a volta do governo brasileiro ao FMI, diante da “situação delicadíssima” do País, o presidente do Congresso não poupou o organismo de críticas. Para ele, o Fundo não conhece a realidade interna e tem sido insensível nas negociações com os diversos países com que tem fechado acordos de socorro financeiro, comportamento repetido com o Brasil. “O FMI tem de tomar conhecimento da crise de emprego que enfrentamos”, comentou.

Contrariado, ele admitiu a volta da inflação em “níveis baixos”, mas descartou a possibilidade da perda de controle da inflação pela equipe econômica. Otimista, garantiu que o governo federal resolverá a crise deflagrada com a desvalorização do real. E saiu em defesa da equipe econômica: “O Pedro Malan defendeu os interesses do País com coragem”. Por fim, o senador apostou numa “rápida” recuperação da credibilidade do presidente Fernando Henrique Cardoso. “Ele é um homem capaz e inteligente.”

Estado – Qual a sua avaliação das novas bases do acordo que está sendo negociado com o FMI, anunciadas semana passada pelo ministro Pedro Malan?

Antônio Carlos Magalhães – Evidentemente, não sou dos maiores defensores do FMI, acho até que ele tem recebido críticas internacionais justas pelo seu procedimento em diversos países.

Entretanto, a nossa situação é difícil e não cabia outro recurso senão procurar negociar, como fizemos com o FMI. O ministro (da Fazenda) Pedro Malan negociou com muita coragem, defendendo sempre os interesses do Brasil, mas o Fundo é extremamente exigente e nem sempre vê os problemas internos do País. Agora mesmo, se eu conheço o Congresso, ninguém está mais disposto a aumentar impostos, já demos o que teríamos de dar e não temos o direito de sacrificar mais o povo. Se o governo pretende realmente resgatar R\$ 8 bilhões (estimativa preliminar de novo ajuste fiscal), de uma forma ou de outra, que o faça cortando o programa de obras que possam ser adiadas ou diminuindo fortemente o seu custeio.

Estado – O sr. acredita que o governo tenha instrumentos para isso? Onde se poderia cortar?

ACM – Eu não posso dizer onde o governo poderia cortar, mas ele que fez um Orçamento já bem justo, é verdade. Que encontre onde vai cortar. Agora, uma coisa é certa, imposto não.

Estado – Mas o próprio Orçamento, aprovado pelo Congresso recentemente, já conta com a receita de um novo imposto, ain-



ACM: em nível alto a inflação não pode voltar; seria um imposto a mais

**MELHOR SAÍDA
É REDUZIR
GASTOS COM
OBRAS E CUSTEIO**

da não aprovado, o imposto verde.

ACM – Essa é uma questão para se discutir posteriormente, na qual também o Congresso está totalmente dividido.

Estado – Encerrada a aprovação da CPMF, então, não se fala mais em aumento de impostos no Congresso?

ACM – Eu mesmo não quero ouvir.

Estado – A emenda pode ser aprovada até março, como quer o governo?

ACM – Acho que sim. Todos os partidos compreendem que a CPMF estava no pacote que o governo tinha como indispensável para o ajuste fiscal. Seria um grave erro retardar a aprovação. O relator tem todo o direito de dizer o que pretende fazer. Agora, eu acho que seria um grave erro, tão grave quanto mandarmos de volta os inativos.

Estado – O Congresso não discutirá em nenhuma hipótese o aumento de impostos?

ACM – Só o Congresso participando diretamente de tudo isso, junto com o governo, para ver se encontramos ou não onde cortar. Essa é uma negociação (para o aumento de impostos) que deve ser conjunta. A capacidade do povo esgotou-se e o Congresso é a representação popular.

Estado – Mas nos últimos tempos o governo vem dividindo com o Congresso a responsabilidade pelo fracasso nas suas políticas. Em 1997, por exemplo, as mudanças no pacote 51 produziram comentários de que o Congresso teria faltado com o governo.

ACM – Não é verdade, (o Congresso) aprovou como o governo queria, apenas o Imposto de Renda para pessoa física não foi aprovado, mas aprovou-se agora, como o governo queria. E a aprovação dos inativos foi uma decisão dolorosa para o Congresso, que o fez em benefício do País, mas não está mais disposto a fazer coisa parecida.

Estado – O que o sr. acha da volta da inflação?

ACM – Voltar em níveis baixos não é bom, mas é melhor voltar em níveis baixos do que fazermos sacrifícios maiores. Em níveis insustentáveis, altos, é que realmente não pode voltar, pois seria um imposto a mais para a pobreza. A inflação é o imposto mais perverso para a pobreza.

Estado – O sr. acha que o governo conseguirá controlar o ímpeto inflacionário?

ACM – Isso eu não poderia comentar, pois é um problema do Executivo. Eu só posso comentar os problemas do Legislativo.

Estado – O sr. disse que o FMI desconhece a situação interna do País e o cenário aponta para o re-

crudecimento do desemprego, entre outros indicadores negativos. O que fazer?

ACM – O FMI tem de tomar conhecimento da crise de emprego que atravessamos, da extrema pobreza de uma grande parte do nosso povo.

Estado – O sr. acha que o Fundo vem sendo mal informado pelo governo sobre o que ocorre no País?

ACM – O Fundo pode estar sendo bem informado, mas não está sendo sensível.

Estado – O sr. acha que, nesse caso, caberia uma reação mais dura no encaminhamento das negociações?

ACM – Não, a nossa situação é delicada. Não poderia defender uma atuação mais dura, levando em conta que o País está negociando R\$ 41 bilhões. Entretanto, não adianta fazer uma boa negociação com o Fundo criando problemas internos insolúveis.

Estado – Nas últimas semanas os formadores de opinião disseram que o governo perdeu credibilidade. O sr. concorda?

ACM – Evidentemente, a população não pode estar feliz com a crise que vem ocorrendo no País. Isso afeta a credibilidade do governo? Afeta, mas o governo, com as providências que está tomando, vai retomar a credibilidade que teve durante quatro anos e foi muito útil ao Brasil. Um homem capaz e inteligente como o presidente Fernando Henrique rapidamente

te voltará ao ponto de credibilidade que tinha num passado recente, assim como a equipe econômica.

Estado – Mas a aprovação ao governo caiu bastante neste primeiro mês do ano.

ACM – Caiu dentro da crise e vai voltar, porque o governo vai vencer a crise. Eu não tenho a menor dúvida disso. Neste ponto, eu sou um otimista, convencido mesmo.

Estado – O sr. achou desastrosa a troca de comando no Banco Central, na semana passada?

ACM – Não foi desastrosa e o mercado agora está mostrando que recebeu bem a troca. Já há reduções do dólar, as bolsas ficaram mais ou menos equilibradas, ou até melhores, e já se reflete no mercado sobre o fato de termos um negociador competente à frente do Banco Central. Isso é muito importante.

Estado – Os partidos de oposição estão fazendo uma mobilização para vetar o nome de Armínio Fraga para a presidência do Banco Central. O sr. acredita em alguma surpresa?

ACM – Eles sempre se mobilizam para vetar e não conseguem. Vai ocorrer mais uma vez e o nome dele será aprovado pelo Senado.